



&lt; ANT.

SEMANÁRIO 09.04.2026

PRÓX. &gt;

Por **Iberdrola** Quanto Mais Gasta, Mais Poupa Adira aqui

Exclusivo

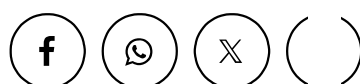
GOVERNO

# Com 1º de Maio à vista, Governo adia rutura na reforma laboral



Registo fotográfico da reunião decisiva do Secretariado da UGT, onde ficou vincada a recusa da proposta do Governo de revisão laboral. A votação foi, uma vez mais, unânime

UGT diz “não” e afasta reuniões bilaterais. Governo admite dar um pouco mais tempo às negociações. Mas a esperança num acordo é ínfima. Proposta a levar à Concertação Social vai incorporar negociações, para tentar convencer Seguro. Ventura abre a porta a negociações





**Cátia Mateus**  
Jornalista



**David Dinis**  
Diretor-adjunto



**Paula Caeiro Varela**  
Jornalista



**Ma Fotu**

☆ **RESUMO** A UGT rejeitou unanimemente a proposta de alteração da lei laboral, considerando-a insuficiente para alcançar consensos.... [Ler mais](#)

**F**oi um “não” e foi unânime: depois de a ministra do Trabalho ter tentado fechar as negociações sobre a lei laboral, o secretariado da UGT reuniu-se esta quinta-feira sob ameaça de maior divisão interna. Mas entre os (muitos) que queriam dar o caso por encerrado e os que, na ala social-democrata, pediam mais tempo para as negociações, saiu uma solução salomónica, que não teve votos contra.

A UGT “constata a ainda insuficiente aproximação negocial e afirma que a proposta, tal como está, não permite alcançar consensos”, diz o comunicado enviado ao início da tarde aos jornalistas, atirando o processo para a “concertação social, onde se deve dar o passo seguinte”. A abertura à negociação, porém, é política, deixar o ónus da rutura para o Governo e patrões. E veio com recados: elenca os vários pontos onde a distância é vincada, dá por fechadas as conversas bilaterais e junta uma nota: a UGT “espera que os avanços já verificados e o trabalho do diálogo social não sejam desvalorizados”. Ou seja, a central espera que o Governo não volte atrás nos pontos negociados, levando uma proposta pior ao Parlamento.

Se a ministra se reservou ao silêncio, o ministro da Presidência limitou-se a dizer que o Governo mantém “a porta aberta para completar a negociação” — uma escolha cuidadosa de palavras.

Porém, com uma reunião de concertação prevista para a próxima semana, os patrões já pressionam o encerramento do processo: “Não vejo como se consiga evoluir mais nesta proposta depois de todo o trabalho de aproximação já realizado nos últimos meses”, diz João Vieira Lopes, da Confederação do Comércio e Serviços, no que é seguido pela Confederação do Turismo: “A continuidade de qualquer processo de negociação dentro dos termos em que foram as últimas reuniões, já não faz qualquer sentido”. Armindo Monteiro, o líder da CIP que chegou a apresentar propostas mais duras do que a ministra, mostrou-se

disponível para continuar a negociar, mas reiterou que já houve um tempo “longo e suficiente” para discutir.

## **PSD E CHEGA ADMITEM NEGOCIAR**

Do lado do PSD e do Governo mantinha-se abertura para negociar, mas só por mais umas semanas, garantia o líder da bancada parlamentar, Hugo Soares, em entrevista ao Expresso na quarta-feira. “Creio que está a chegar a altura em que tem de haver uma definição. Mas não é uma semana, não são 15 dias, que mudam a urgência de aprovar esta legislação”, dizia o braço-direito de Montenegro. A justificação oficial é o receio de um processo mais penoso, sem acordo social: “No Parlamento a discussão de propostas sobre o Código de Trabalho eterniza-se.” Nos corredores do poder social-democrata, porém, a abertura para insistir no diálogo com a UGT conjuga-se com outra explicação: seria desejável deixar passar o 25 de Abril, e sobretudo o 1º de Maio, Dia do Trabalhador, para não dar gás à contestação nas ruas — sobretudo depois de uma greve geral que marcou negativamente o processo para o Governo. E sabendo também dos riscos de nova paralisação — com ou sem a UGT ao lado da CGTP.

## **UM ARGUMENTO PARA SEGURO**

Se o acordo na concertação social falhar, Hugo Soares parece desenhar uma estratégia para que António José Seguro não fique refém da posição que assumiu enquanto candidato: levar para o Parlamento, não a proposta inicial do Governo, mas a final — incorporando já as alterações que a própria UGT reconhece agora ter influenciado. “Todas as intervenções do Presidente da República têm sido de modo a incentivar a que haja um acordo com os parceiros sociais, a que haja um diálogo. Na altura em que referiu essas palavras, era como candidato a Presidente e falava da proposta que estava em discussão. A proposta tem tido várias alterações, como sabe, e portanto estou muito à-vontade nesta matéria”, diz o número dois do PSD.

Ainda esta quinta-feira, no final da sua Presidência Aberta, Seguro insistiu no apelo à negociação. E acrescentou que será “sempre coerente” com a sua palavra.

Nas próximas semanas, o processo passará para o Parlamento, e aí caberá novamente a Hugo Soares o papel central nas negociações: “Tudo farei para, mais uma vez, procurar um diálogo profundo e encontrar as soluções que possam dar a Portugal uma legislação capaz de tornar a economia mais competitiva”, diz.

O PSD, garante, não terá problema se tiver de as aprovar apenas com o Chega (e a IL), como aconteceu nas leis relacionadas com a imigração: “Não, não tenho resistência nenhuma. Quero aprovar com os dois, sou um teimoso, não sendo um otimista, sou um teimoso”, acrescenta, com um renovado apelo a José Luís Carneiro: “Acho que o secretário-geral do PS tem sido muito prudente quando fala da legislação laboral. E saúdo essa prudência porque também creio que o PS olha para a necessidade de mais competitividade da nossa economia como uma prioridade.”

Para já, o PS colocou-se de fora, com o deputado Miguel Cabrita a declarar que o Governo “não pode contar” com o partido “nesta proposta em concreto”. E, a par da Iniciativa Liberal, foi o líder do Chega quem mostrou estar disponível para negociar. Mas com condições: a revisão da lei não pode retirar direitos às mães trabalhadoras, facilitar despedimentos discricionários, agravar as condições das licenças de maternidade e a remuneração do trabalho por turnos, e deve assegurar uma legislação “flexível, mas não selvagem”, afirmou Ventura, depois de conhecida a posição da UGT. Destes cinco pontos, o Governo só não recuou totalmente em duas: turnos e despedimentos. “Se o Governo estiver disponível para isso, começaremos a trabalhar amanhã mesmo”, acrescentou o líder do Chega.

---

## FRASES

***“O Secretariado Nacional da UGT afirma que a proposta, tal como está, não permite alcançar consensos”***

### **Comunicado da UGT**

***“Os eleitores que votaram no PSD, no Chega e na Iniciativa Liberal querem uma reforma da legislação laboral”***

**André Ventura**  
Líder do Chega

# “Nesta proposta em concreto, o Governo seguramente não contará com o PS na Assembleia da República”

**Miguel Cabrita**

Deputado do PS

## RELACIONADOS

UGT vota contra proposta de revisão laboral, mas abre caminho à continuidade da negociação

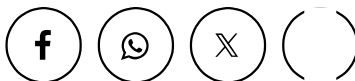
---

PS avisa Governo que “não contará” consigo para aprovar reforma laboral

---

Ventura disponível para negociar lei laboral com PSD, já põe cinco condições

---



Tem dúvidas, sugestões ou críticas? Envie-me um e-mail:

[cmateus@expresso.impresa.pt](mailto:cmateus@expresso.impresa.pt)

PUBLICIDADE

---